

PERCEPÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, SÃO LUÍS – MA

Paulo Ricardo dos Santos Rubim ¹
Carla Letícia Silva Ferreira ²
Shirley Cristina dos Santos ³

INTRODUÇÃO

Diante o histórico de degradação ambiental do planeta impulsionado pela apropriação compulsória do homem sob o meio ambiente, têm sido necessário a adoção de caminhos que visam alternar esse cenário de crise. No contexto referido, as conferências da década de 70 foram fundamentais para colocar em debate a problemática ambiental. Nesses encontros, a Educação Ambiental foi entendida como o caminho que possibilita a mudança de atitudes daqueles que utilizavam a natureza como um objeto de interesse, e não como um bem natural que deve ser preservado corretamente.

Na Conferência de Tbilisi foi dado um enfoque especial enfoque à importância da Educação Ambiental (EA), colocando atividades voltadas à educação e formação profissional como forte pilares para a minimização dos problemas ambientais, uma vez que essas temáticas trariam possibilidades de transformação da realidade mitológica culturalmente estabelecida, da superioridade humana sobre a natureza. A partir dessas discussões foram surgindo leis e normas que enfatizam a importância da EA na formação profissional do Brasil, neste caso, a Política Nacional de Educação Ambiental instituída na Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. E, em outro cenário, anterior, inclusive, a Política Nacional do Meio Ambiente/PNMA, que configura a Educação Ambiental dentro de todos os níveis e modalidades de ensino durante o processo educativo.

Entretanto, essas recomendações não tornam garantida a inserção da Educação Ambiental nos meios acadêmicos, isso porque a realidade vista em muitas Instituições de Ensino Superior (IES) têm sido o desinteresse pelas questões socioambientais, haja vista que iniciativas relacionadas a Educação Ambiental se tornaram cada vez mais isoladas e abordadas de maneira superficial.

¹ Graduando em Geografia. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: paulo.rubim@discente.ufma.br

² Graduada em Geografia. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: carla.lsf@discente.ufma.br

³ Docente do Curso de Geografia. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: shirley.santos@ufma.br

Diante desta problemática, essa pesquisa busca analisar a relação dos frequentadores (discentes, docentes, técnicos administrativos, servidores terceirizados e outros) no que tange aos problemas ambientais encontrados no Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, com base na percepção ambiental, bem como entender a importância das práticas de Educação Ambiental como ferramenta neste processo de mudança de paradigma e de uma melhor relação da sociedade com a natureza.

METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de um recorte de um projeto de iniciação científica PIBIC, intitulado “A Temática Ambiental no Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão”. O centro está situado na UFMA, Campus Bacanga, no município de São Luís (Figura 1). O estudo se classifica como qualitativo-quantitativo, através de estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, com utilização de dados quantitativos.

Figura 01. Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Os procedimentos metodológicos se configuram em: a) Revisão bibliográfica exploratória em conceitos sobre educação ambiental e percepção ambiental no ensino superior; b) Pesquisa de campo, buscando identificar a estrutura física do prédio e seu entorno e avaliar as questões socioambientais relacionadas, baseado em registros fotográficos; c) Aplicação de questionário aberto e fechado com a comunidade acadêmica da Universidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

O início do século XX foi marcado por muitas modificações no meio ambiente. A Revolução Industrial promoveu o avanço de uma sociedade capitalista pautada no consumo exacerbado de recursos naturais. Desde a evolução da humanidade, os homens adquiriram uma maneira de organização social, passando a criar suas próprias formas de relação com a natureza. Logo, os impactos ambientais eram resultados principalmente da forma como os seres humanos se relacionavam com o meio ambiente (Dias *et al.*, 2016).

Os encontros universais ocorridos na década de 70 reconheceram na Educação Ambiental caminhos para amenizar as problemáticas ambientais acarretadas pela sociedade capitalista. Para que isso ocorra, a EA precisa ser enxergada como um processo educativo por meio do qual os indivíduos adquirem conhecimentos, valores, habilidades para que sejam cidadãos responsáveis e interajam com o ambiental de modo sustentável (Medina, 2002).

Layrargues (2002), construiu um conceito acerca da Educação Ambiental também ratificando a importância dela no processo educacional

[...] um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática (Layrargues, 2002, p. 169).

Constata-se que a Educação Ambiental é um elemento importante para a construção de valores sociais do indivíduo, que a partir do contato direto com ela, passam a ter uma visão pautada na preservação do meio ambiente. Layrargues (2002) descreve que o desenvolvimento da consciência crítica promove uma atenção maior aos problemas socioambientais, onde a atuação pedagógica e políticas públicas de gestão ambiental são os caminhos para resolução dos conflitos ambientais.

A Educação Ambiental iniciou seu trajeto no Brasil a partir da década de 1980, com a institucionalização da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), por meio da Lei nº 6.938/1981 (Sampaio *et al.*, 2022) e pela Política Nacional de Educação Ambiental, através da Lei 9.795/1999. Com base nessas determinações legais, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) reconhece a importância da integração da EA nos currículos das disciplinas, e ainda recomenda que ela seja contemplada no conteúdo das disciplinas de maneira transversal e interdisciplinar.

Considerando sua relevância, as Universidades são locais adequados para discutir a temáticas vinculadas a Educação Ambiental, já que possuem três fortes pilares: ensino, pesquisa

e extensão, ou seja, o ambiente acadêmico é cordial para promoção do desenvolvimento de indivíduos críticos e responsáveis com as questões ambientais. Entretanto, o ensino universitário trabalha com proposta de promover uma capacitação profissional voltada para o mercado de trabalho (Souza, 2016), e essa visão concede o afastamento de debates relacionados à Educação Ambiental.

Dentre suas recomendações, a Educação Ambiental busca desenvolver alternativas metodológicas que superem as problemáticas ambientais contemporâneas, uma vez que ultimamente tem se tornado impossível frequentar lugares que não apresentam algum desequilíbrio ambiental. As universidades públicas, mesmo que se mostrem ou não, preocupadas com o bem-estar da comunidade acadêmica, ainda sim carecem de práticas ambientais sustentáveis.

Portanto, a comunidade acadêmica precisa perceber os impasses que estão diante, não bastando somente observar, mas ter interesse e sensibilização por essas questões, e em seguida, aplicar ações pautadas em um planejamento e gestão ambiental. A Educação Ambiental possui uma forte metodologia, a qual nos faz compreender, acima de tudo, que somos interdependentes do meio ambiente, além de ser uma ferramenta fundamental capaz de subsidiar informações para uma gestão ambiental, como a percepção ambiental.

Existem muitos conceitos acerca da percepção ambiental apontados pelas bibliografias, entretanto, em todas elas, o aspecto principal levantado são as relações entre o homem e o meio ambiente (Cunha e Leite, 2009). Para Macedo (2000), a percepção ambiental é:

[...] as diferentes maneiras sensitivas que os seres humanos captam, percebem e se sensibilizam pelas realidades, ocorrências, manifestações, fatos, fenômenos, processos ou mecanismos ambientais observados “in loco”. Realça-se a importância da percepção ambiental principalmente por ser a mesma, considerada a precursora do processo que desperta a conscientização do indivíduo em relação às realidades ambientais observadas (Macedo, 2000, p. 03).

Trabalhar com a educação ambiental atualmente é, acima de tudo, ter consciência ambiental, e esse processo pode ser instrumentalizado por meio da percepção ambiental. Ações concretas que visam incentivar os indivíduos, no sentido de proteger o meio ambiente, são os caminhos mais eficazes que a percepção pode oferecer. Todavia, não basta apenas absorver as informações, os indivíduos precisam adquirir interesse naquilo que está sendo observado, para que o fenômeno possa ter um significado importante.

Atualmente têm se tornado cada vez mais difícil levar essas discussões para dentro desses meios, haja vista o quadro de iniciativas de EA isoladas e abordadas de maneira superficial nas Universidades. Desse modo, mostra-se a partir dos resultados, a urgência de um

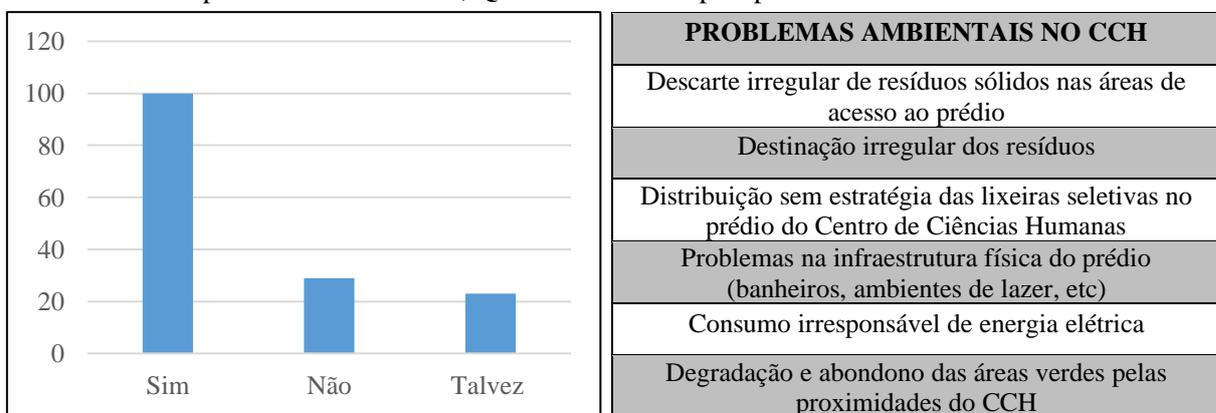
modelo de EA que assegure os problemas vistos pela comunidade acadêmica do Centro de Ciências Humanas da UFMA, visando futuramente a implementação de uma gestão ambiental integrada e participativa de dentro desse prédio para todo o Campus Universitário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram desta pesquisa, voluntariamente, 152 pessoas, sendo essas representadas pelos estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e servidores TAES do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, e outros. Esses “outros” referem-se aos frequentadores do CCH que não são vinculados aos cursos de graduação e pós-graduação nas Ciências Humanas, devido a participação voluntária, e a maneira que o questionário foi disponibilizado aos participantes (em formato digital no *Google Forms*, enviado nos grupos de *WhatsApp* dos cursos, e E-mail geral da UFMA).

Considerando a importância da percepção ambiental como ferramenta que promove a identificação dos elementos socioambientais dos diferentes espaços, a comunidade acadêmica foi indagada quanto aos problemas ambientais presentes no Centro de Ciências Humanas. Observou-se que a maioria exergam esses problemas sob várias perspectivas, comprovando que a percepção humana varia conforme as experiências no espaço terrestre (Gráfico 01). A partir desse pressuposto, apontaram-se quais são as problemáticas que mais ameaçam a qualidade socioambiental do CCH (Quadro 01).

Gráfico 01: Percepção Ambiental da comunidade acadêmica do CCH/UFMA quanto aos problemas ambientais; **Quadro 01:** Principais problemas verificados.

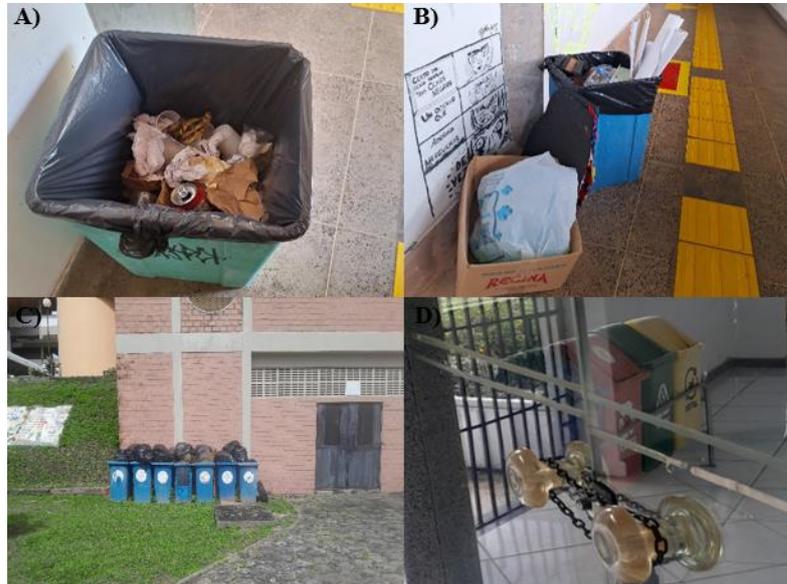


Fonte: Dados da Pesquisa (2024)

Com base nesse levantamento, verifica-se que as problemáticas persistentes no Centro de Ciências Humanas da UFMA vêm sendo o descarte irregular dos resíduos sólidos (Figura 2 A e B), distribuição sem estratégia das lixeiras de coleta seletiva pelas dependências internas e

externas do prédio. As distribuições das lixeiras sem planejamento podem ser vistas em diversos locais que geralmente não são visitados pelos frequentadores (Figura 02 B e D).

Figura 02 A e B): Destinação inadequada dos resíduos sólidos no Centro de Ciências Humanas da UFMA; **C e D)** Distribuição sem estratégia das lixeiras em algumas áreas do prédio



Fonte: Acervo da Pesquisa (2024)

Enquanto áreas públicas de lazer dedicado à cultura e eventos da comunidade acadêmica, como a Ágora, há uma distribuição irregular que não considera adequadamente os espaços mais frequentados pelos alunos do CCH. Nesses espaços, não são encontradas lixeiras seletivas para destinação dos resíduos, com excessão de uma que é denominada apenas para a destinação geral de todos os resíduos do prédio (Figura 02 C e 03 A).

A universidade, como microcosmo da sociedade, é um ambiente onde a educação é continuamente praticada e reflete o mundo exterior. As relações ambientais dentro desse contexto estão entrelaçadas com uma postura solidária e com o surgimento de diálogos que possibilitam reflexões profundas na busca por soluções para os desafios de um mundo em constante movimento e evolução.

Conforme a Lei 9.795/99, a Educação Ambiental deve capacitar o indivíduo para que ele possa exigir transformações sociais, fazer escolhas conscientes, promover mudanças, ter acesso aos meios de comunicação e informação, e tomar decisões que garantam o bem-estar e a qualidade de vida de todos. Nesse sentido, a conscientização é fundamental para alcançar esses objetivos, sendo essencial que os problemas ambientais sejam discutidos e mitigados. No entanto, no diagnóstico realizado no prédio, observou-se que os murais de todo o edifício não exibem eventos, palestras ou quaisquer informações relacionadas a essa temática o que evidencia uma lacuna na promoção da educação ambiental (Figura 03 B).

Figura 03: **A)** Ágora do Centro de Ciências Humanas; **B)** Murais do CCH



Fonte: Acervo da Pesquisa (2024)

No questionário aplicado, foram abordadas diversas questões, desde a conceituação da temática até os problemas reais enfrentados no prédio. No Centro de Ciências Humanas, existem alguns cursos que incluem a disciplina de Educação Ambiental ou promovem uma interdisciplinaridade (Geografia, História, Filosofia, Psicologia, Ciências Sociais, Artes Visuais, Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, Letras/Libras e Música), contudo, outros não promovem esse debate com a EA (Teatro e Letras).

Essa problemática averiguada impede que haja debates na comunidade acadêmica do centro e nos cursos de graduação, sobre temáticas e aplicações de metodologias que visam uma reflexão do contexto catastrófico da sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação revelou que o Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão enfrenta desafios substanciais, e esses aspectos evidenciam uma falta de integração e promoção eficaz da EA no ambiente acadêmico, bem como a ausência da Política Nacional de Educação Ambiental baseada na Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 em alguns cursos. Isso indica a presença de iniciativas, práticas de Educação Ambiental e disciplinas abordadas de maneira superficial que não abrangem todo a comunidade acadêmica do CCH.

Dessarte, a pesquisa conclui que é imperativo desenvolver um modelo de gestão ambiental coletiva dentro do centro, fundamentado na compreensão da percepção ambiental. Esse modelo deve promover práticas sustentáveis e implementar uma EA mais integrada e eficaz, melhorando a abordagem da universidade em relação aos desafios ambientais e fomentando um ambiente mais consciente e responsável.

Palavras-chave: Gestão Ambiental, Resíduos Sólidos, Educação Superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.795**, 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

CUNHA, A. S.; LEITE, E. B. **PERCEPÇÃO AMBIENTAL: implicações para a educação ambiental.** **Sinapse Ambiental**, V. 6, P. 66-79, 2009.

DIAS, S. L.; MARQUES, M. D.; DIAS, L. S. **Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas** - Leonice Seolin Dias, Antonio Cezar Leal e Salvador Carpi Junior (Orgs.). 1 ed. Tupã – SP: ANAP, 2016.

LAYRARGUES, P. P. **Crise Ambiental e suas Implicações na Educação.** In: QUINTAS, J. S. (Org.): Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2 ed. Brasília: Edições IBAMA: 2002.

MACEDO, R. L. G. **Percepção e Conscientização Ambiental.** Lavras: UFLA – Universidade Federal de Lavras/ FAEPE – Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, 2000.

MEDINA, N. M. Educação Ambiental: a construção de novos valores éticos. In: Olam - **Ciência e Tecnologia**. V. 2, P. 194-212, 2002.

SAMPAIO, J. P.; SOUSA, C. E. B. D.; LEMOS, R. A. **A Educação ambiental em Licenciaturas de Ciências Humanas: Um olhar sobre Projetos Pedagógicos de Cursos de uma Universidade Pública do Maranhão.** V. 27, P. 109-127, 2022.

SOUZA, V. M. D. Para o mercado ou para a cidadania? a educação ambiental nas instituições públicas de ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** V. 21, P. 121-142, 2016.